

IV Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais, Estado, Capital e Territórios Tradicionais: Dinâmicas Territoriais em Disputa.

ISSN 2359-4306

AS FEIRAS LIVRES DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES

Rony Enderson de Oliveira¹
Silvia Regina Paes²
Giliarde de Souza Brito³

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a importância das feiras livres para os agricultores familiares, bem como descrever sobre o conceito de política pública e também sobre a categoria agricultura familiar. Para isso, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico a partir de alguns autores que estão, aqui, engendrados como aporte teórico deste trabalho. São os seguintes: Brandão (2015); Nierdele (1997); Ribeiro (2007); Pierr (2000); Picolloto (2003), Sato (2008) e Souza (2010). A agricultura familiar teve sua importância ampliada nos últimos 20 anos, com a aprovação da Lei 11. 236/2006. As feiras livres da agricultura familiar exercem um papel relevante para os agricultores familiares, uma vez que, além de proporcionar melhoria na subsistência da família, proporciona também melhoria no mercado local com o envolvimento dos produtores.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Agricultura familiar. Feira livre. Renda

Introdução

Inicialmente é importante conceituar o termo política pública, e no que tange a sua definição ainda não se tem uma única interpretação para conceituá-la, nesse sentido, destacamos o conceito de Souza (2003) que define política pública como

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (p. 03).

¹ Mestrando em saúde, sociedade e ambiente UFVJM. Assistente social IFNMG, rony.enderson3@gmail.com

² Profa. Dra. Em Sociologia. Profa. Adjunta do Departamento de Ciências Básicas; Mestrado Saúde, Sociedade e Ambiente; Mestrado em Estudos Rurais Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, tudapaes@ig.com.br

³ Graduando em Agronomia UFMG – giliarde.brito@gmail.com

IV Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais, Estado, Capital e Territórios Tradicionais: Dinâmicas Territoriais em Disputa.

ISSN 2359-4306

Como descrito acima, que não há um conceito único para definir política pública e essa falta de consenso na definição de política pública reiteramos o conceito colocado por Souza, 2003, “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2003, p. 13).

Tendo discorrido sobre o conceito de política pública e suas diversas definições, a seguir descreveremos sobre o tema da agricultura familiar e sua relevância para o desenvolvimento local e do país. A agricultura familiar tem um papel importante no que diz respeito ao desenvolvimento do país e em vários municípios se torna a principal fonte de emprego e renda. Os agricultores familiares exercem um papel importante na economia e nos mercados locais, pois ao produzirem de forma familiar, além de promover a subsistência contribui para o desenvolvimento local ao comercializarem o excedente no comércio local.

Metodologia

A pesquisa até o presente momento fundamentou-se em revistas científicas, livros e revistas em bibliotecas das Universidades estaduais localizadas em Montes Claros MG, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e em sites.

Resultados obtidos

Ao longo do tempo a agricultura familiar no Brasil, em se tratando de sua importância socioeconômica, foi de responsabilidade do Estado e pelos setores dominantes, e não era considerada tão importante para promover o desenvolvimento do país. Era vista como subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária, e esta era vista como a única capaz de garantir divisas para o país. E coube a agricultura de base familiar as funções secundárias sendo elas: a produção de alimentos para o mercado interno e servir como reserva de força de trabalho para os momentos em que as atividades exploradoras necessitassem (PICOLOTTO, 2015).

Tecendo a análise sobre a Lei 11.326/2006, é importante ressaltar que com a referida lei, propiciou a regulamentação para enquadramento nos programas voltados para a agricultura familiar como o Pronaf. Esse tipo de definição foi incorporado pela pesquisa social, mas de modo pouco reflexivo. E se de um lado, o uso de parâmetros da lei da

IV Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais, Estado, Capital e Territórios Tradicionais: Dinâmicas Territoriais em Disputa.

ISSN 2359-4306

agricultura familiar favorece a tipificação e a quantificação, por outro, ele traz consigo um certo engessamento da análise, e limita o olhar de estudiosos para os múltiplos parâmetros que podem ser refletidos para ser pensar a heterogeneidade do rural (NEIDERLE, 2015).

É importante destacar a importância da família na sociedade rural, e o seu papel na construção e sua participação no cotidiano rural. Assim a família exerce um papel fundamental não só nas relações sociais que perpassam no meio rural, mas também na construção e na preservação de saberes, e conforme destacado por Ribeiro (2007)

A família é o fundamento dessa sociedade rural: famílias se reúnem em comunidades, que articulam parentesco, ambiente, espaço e história para formar unidades de reprodução de cultura e técnica material, de trocas de bens e dons. Famílias e comunidade são depositárias de um histórico de convívio, aprendizado e experimentação que forma um acervo respeitável e conhecimento sobre o meio (RIBEIRO, 2007, p. 1078).

Destaca-se, para o fortalecimento da agricultura familiar, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 1998, para tratar especificamente dos assuntos relacionados a agricultura familiar. Ainda em 1995, foi criado o Pronaf, que foi visto como um reconhecimento do tratamento específico da agricultura familiar. E mesmo com a mudança de governo em 2003, com o então presidente Lula o Pronaf continuou como um importante instrumento para a agricultura familiar. no governo Lula e Dilma verifica-se uma participação, mesmo que subordinada, dos movimentos sociais e sindicais (Picolotto, 2015).

Em se tratando das feiras livres e a importância da agricultura familiar, podemos dizer que as feiras livres significam e se assemelham as famosas feiras livres da idade média, as feiras tradicionais que ocorrem por todo o Brasil e se tornam, também, um espaço lúdico e de encontros tradicionais (SATO, 2007).

As feiras livres são canais de comercialização de produtos da agricultura familiar que raramente recebem apoio de políticas públicas específicas ou são objetos de programas de desenvolvimento rural. Quando estão presentes os programas estão marcados por um forte plano produtivista que busca somente a produção (PIERRI, 2009). Estes espaços se caracterizam como espaços de negócios e cultura, mas também são espaços de implantação de programas para o Desenvolvimento Rural. Nota-se que desde os anos de 1980, os municípios ficaram responsáveis pela formulação e pela prestação de assistência técnica à produção

IV Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais, Estado, Capital e Territórios Tradicionais: Dinâmicas Territoriais em Disputa.

ISSN 2359-4306

agrícola. No entanto as prefeituras se deparam com dificuldades para formular os programas, tais como: falta de pessoal qualificado, a burocracia, os arranjos e acordos do poder local e a ausência de articulação microrregional impedem, muitas vezes, que as iniciativas se concretizem (RIBEIRO, 2007 et al).

Como se pode notar, esses empecilhos colocados pelo setor público, muitas vezes, são os principais fatores que dificultam o aprimoramento das feiras. E como explica RIBEIRO (2007),

A maior dificuldade para criar programas em apoio às feiras está nessa dificuldade de diálogos entre o setor público prefeitura e suas agências, a representação da república e a expressão da vontade política dos cidadãos do município – e as organizações da sociedade civil (RIBEIRO, 2007. p. 140).

No entanto, é importante, que mesmo com todas essas dificuldades, a relação entre sitiantes e comerciantes, prefeituras e sindicatos, agencias bancárias e comunidades rurais é necessária e é por isso que a construção de programas de desenvolvimento, conjuntamente com as possibilidades de diálogo entre as organizações públicas e da sociedade civil tem possibilidade de dar certo (RIBEIRO, 2007).

Assim sendo, é importante situar as feiras livres como um continuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas. Isso garante a agilidade, a extrema adaptabilidade e a criatividade na formas de se fazer a feira. Relações de cooperação e de competição com os feirantes podem ser observadas em momentos contíguos (SATO, 2007).

Atualmente existe a preocupação em comer alimentos saudáveis e sem agrotóxicos e tem se percebido cada vez mais a mudança de costume alimentar das pessoas. E com isso as feiras livres possuem um papel importante na oferta desses produtos para a população consumidora. “Poucas informações existem a respeito da importância das feiras no cotidiano das pessoas quanto ao consumo de hortaliças e quanto aos fatores que estreitam o relacionamento entre a feira e os consumidores norte de Minas Gerais” (AA, Brandão, 2015).

Referências

BRANDAO, AA., C. **Perfil Socioeconômico dos consumidores de hortaliças em feiras livre na microrregião de Januária.** Horticultura Brasileira 33, São Paulo, 2014.

IV Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais, Estado, Capital e Territórios Tradicionais: Dinâmicas Territoriais em Disputa.

ISSN 2359-4306

PIERRI, M. C. Q., *et al.* **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar.** APRESENTAÇÃO ORAL-Desenvolvimento Rural, Territorial e regional, UNB, BRASÍLIA - DF – BRASIL, 2013.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. - São Paulo : Cortez, 2008.

SATO, L. **Processos Cotidianos de Organização Do Trabalho na feira livre.** Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007. 95. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

PICOLOTTO, E. L. **Os Atores da construção da Categoria Agricultura familiar no Brasil.** RESR. Vol. 52. P. 62 -84. Piracicaba, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, E. M. (org.), *et al.* Para melhorar as feiras livres. In: **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no Semi-Árido de Minas Gerais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Universidade federal de Lavras, 2007. (Coleção BNB projetos Sociais; nº1).

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa.** Salvador-BA: Caderno CRH 39. 2003. p. 11-24.